

RE no AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1.762.572 - RN (2018/0221090-3)

RELATORA : **MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**
RECORRENTE : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**
RECORRIDO : **JOSE VICENTE DE LIMA**
ADVOGADO : **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**

EMENTA

RECURSO EXTRAORDINÁRIO. EXECUÇÃO PENAL. SUPERVENIÊNCIA DE NOVA CONDENAÇÃO. DATA-BASE PARA A CONCESSÃO DE NOVOS DIREITOS. RECURSO ADMITIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso extraordinário, interposto pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, com fundamento no artigo 102, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, contra acórdão da Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça, assim ementado (fls. 207/208):

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. PENAL. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL COMPROVADO. INDICAÇÃO DE ACÓRDÃO DE RECURSO ESPECIAL COMO PARADIGMA. EXECUÇÃO PENAL. SUPERVENIÊNCIA DE NOVA CONDENAÇÃO NO CURSO DA EXECUÇÃO. UNIFICAÇÃO DAS PENAS. ALTERAÇÃO DA DATA-BASE PARA OBTENÇÃO DE NOVOS BENEFÍCIOS. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL. MARCO INICIAL. DATA DA ÚLTIMA PRISÃO. ORIENTAÇÃO JURISPRUDENCIAL DA TERCEIRA SEÇÃO DO STJ. RESP 1.557.461/SC e HC 381.248/MG. PRECEDENTES DO STJ. JULGADO DO STF EM SENTIDO CONTRÁRIO. LIVRE CONVENCIMENTO DO JULGADOR.

1. Não se verifica a alegada falta de comprovação do dissídio jurisprudencial, uma vez que a defesa também apontou como paradigma o acórdão proferido no Resp n. 1557461/SC.

2. Este Superior Tribunal de Justiça se posicionava no sentido de que, sobrevivendo nova condenação ao apenado no curso da execução da pena, o marco inicial da contagem do novo prazo para concessão de eventuais benefícios executórios é o trânsito em julgado da sentença condenatória do delito praticado.

3. Contudo, a Terceira Seção desta Corte Superior de Justiça, no julgamento do REsp n. 1.557.461/SC, Relator Ministro ROGÉRIO SCHIETTI CRUZ, e no Habeas Corpus n. 381.248/MG, com Relator para o acórdão Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, modificou a orientação anterior e estabeleceu como marco inicial para a concessão de benefícios na execução, após a unificação de penas, a data da última prisão do apenado.

4. O princípio do livre convencimento do julgador autoriza a escolha de uma vertente jurisprudencial a respeito do tema em questão. A existência de julgado em sentido contrário a precedente desta Corte não é suficiente para a reforma da decisão.

5. Agravo interno não provido.

Nas razões do recurso extraordinário (fls. 220/226), sustenta o recorrente que está presente a repercussão geral da questão versada e que houve ofensa ao artigo 5º, inciso XLVI, da Constituição Federal.

Alega, em síntese, que o acórdão recorrido contraria a jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal, segundo a qual a superveniência de nova condenação no curso da execução penal altera a data-base para a concessão de benefícios para o dia do trânsito em julgado da última sentença.

Argumenta ser inaceitável "que, em total dissonância com o ordenamento jurídico pátrio, o acórdão objurgado tenha acatado a tese defensiva, violando o preceito constitucional relativo à devida individualização da pena" (fl. 226).

Ressalta que é "inconteste que o *decisum* incorreu em nítida ofensa ao ditame previsto no art. 5º, inciso XLVI, da CF, motivo pelo qual merece ser reformado, de sorte que seja restabelecido como marco inicial para a concessão dos benefícios executórios ao apenado a data do trânsito em julgado da última condenação, à luz do entendimento jurisprudencial pacífico desta Suprema Corte" (fl. 226).

As contrarrazões não foram apresentadas (fl. 233).

É o relatório.

Decido.

No julgamento do Recurso Especial n.º 1.557.461/SC, a Terceira Seção desta Corte firmou orientação no sentido de que a alteração da data-base para a concessão de novos benefícios na execução, em razão da unificação das penas, não encontra respaldo legal. O aresto recebeu a seguinte ementa:

RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO PENAL. UNIFICAÇÃO DE PENAS. SUPERVENIÊNCIA DO TRÂNSITO EM JULGADO DE SENTENÇA CONDENATÓRIA. TERMO A *QUO* PARA CONCESSÃO DE NOVOS BENEFÍCIOS. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL PARA ALTERAÇÃO DA DATA-BASE. ACÓRDÃO MANTIDO. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. A superveniência de nova condenação no curso da execução penal enseja a unificação das reprimendas impostas ao reeducando. Caso o quantum obtido após o somatório torne incabível o regime atual, está o condenado sujeito a regressão a regime de cumprimento de pena mais gravoso, consoante inteligência dos arts. 111, parágrafo único, e 118, II, da Lei de Execução Penal.

2. A alteração da data-base para concessão de novos benefícios executórios, em razão da unificação das penas, não encontra respaldo legal. Portanto, a desconsideração do período de cumprimento de pena desde a última prisão ou desde a última infração disciplinar, seja por delito ocorrido antes do início da execução da pena, seja por crime praticado depois e já apontado como falta disciplinar grave, configura excesso de execução.

3. Caso o crime cometido no curso da execução tenha sido registrado

como infração disciplinar, seus efeitos já repercutiram no bojo do cumprimento da pena, pois, segundo a jurisprudência consolidada do Superior Tribunal de Justiça, a prática de falta grave interrompe a data-base para concessão de novos benefícios executórios, à exceção do livramento condicional, da comutação de penas e do indulto. Portanto, a superveniência do trânsito em julgado da sentença condenatória não poderia servir de parâmetro para análise do mérito do apenado, sob pena de flagrante bis in idem.

4. O delito praticado antes do início da execução da pena não constitui parâmetro idôneo de avaliação do mérito do apenado, porquanto evento anterior ao início do resgate das reprimendas impostas não desmerece hodiernamente o comportamento do sentenciado. As condenações por fatos pretéritos não se prestam a macular a avaliação do comportamento do sentenciado, visto que estranhas ao processo de resgate da pena.

5. Recurso não provido.

(REsp 1557461/SC, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 22/02/2018, DJe 15/03/2018)

Contudo, em sentido diametralmente oposto, alguns julgados do Supremo Tribunal Federal consignam que, após a unificação de penas, o marco inicial para a concessão de benefícios na execução penal passa a ser o trânsito em julgado da última condenação.

A propósito, confirmam-se estes precedentes:

PENAS – UNIFICAÇÃO – BENEFÍCIOS – TERMO INICIAL. Havendo a unificação de penas ante o fato de o custodiado ter cometido crime no curso de execução de título condenatório anterior, surge novo termo inicial para benefícios, coincidente com a data da preclusão maior da última condenação. Precedentes: agravo regimental no recurso ordinário em *habeas corpus* nº 135.826/MG, relator ministro Luiz Fux, julgado na Primeira Turma do Supremo, com acórdão publicado no Diário da Justiça eletrônico de 13 de junho de 2017 e *habeas corpus* nº 415.276/MG, relator ministro Joel Ilan Paciornik, julgado na Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça, com acórdão veiculado no Diário da Justiça eletrônico de 12 de março de 2018.

(RHC 134122/MG; Relator(a): Min. MARCO AURÉLIO; Julgamento: 29/05/2018 Órgão Julgador: Primeira Turma; DJe-116 DIVULG 12-06-2018 PUBLIC 13-06-2018)

RECURSO ORDINÁRIO EM *HABEAS CORPUS*. CONSTITUCIONAL. EXECUÇÃO PENAL. SUPERVENIÊNCIA DE NOVA CONDENAÇÃO NO CURSO DA EXECUÇÃO DA PENA. UNIFICAÇÃO DE PENAS. TRÂNSITO EM JULGADO DA ÚLTIMA CONDENAÇÃO: TERMO INICIAL DOS PRAZOS PARA A OBTENÇÃO DE BENEFÍCIOS. RECURSO AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO.

1. É pacífica a jurisprudência deste Supremo Tribunal segundo a qual, em se tratando de unificação de penas, como na espécie vertente, altera-se a data-base para a concessão de benefícios, sendo considerado como termo inicial o trânsito em julgado de última condenação. Precedentes.

2. Recurso ao qual se nega provimento.

(RHC 133934/PR; Relator(a): Min. CÁRMEN LÚCIA; Julgamento: 10/05/2016 Órgão Julgador: Segunda Turma; DJe-105 DIVULG 20-05-2016 PUBLIC 23-05-2016)

Recurso ordinário em *habeas corpus*. Penal. Roubo triplamente qualificado. Não conhecimento da impetração pelo Superior Tribunal de Justiça, por ser ela substitutiva de recurso especial. Entendimento que não se coaduna com o entendimento da Corte. Precedentes. Execução penal. Somatória ou unificação de penas. Alteração da data-base para a concessão de benefícios. Trânsito em julgado de última condenação. Precedentes. Recurso parcialmente provido.

1. O Supremo Tribunal Federal não tem admitido a rejeição da impetração perante o Superior Tribunal de Justiça a pretexto de se cuidar de substitutivo de recurso especial cabível (HC nº 115.715/CE, Primeira Turma, Rel. p/ o ac. Min. Marco Aurélio, julg. em 11/6/13).

2. Firmou-se na Turma o entendimento de que, sobrevindo nova condenação no curso da execução penal, a contagem do prazo para a concessão de benefícios é interrompida e passa a ter como parâmetro a pena unificada ou somada, considerando-se como termo inicial para a contagem do período aquisitivo, a data do trânsito em julgado da última condenação, não importando se o delito é anterior ou posterior ao início da execução penal. Precedentes.

3. Recurso a que se dá parcial provimento.

(RHC 121849/MG; Relator(a): Min. DIAS TOFFOLI; Julgamento: 22/04/2014 Órgão Julgador: Primeira Turma; DJe-116 DIVULG 16-06-2014 PUBLIC 17-06-2014)

Assim, constata-se que a interpretação do Superior Tribunal de Justiça conflita com julgados do Supremo Tribunal Federal, sendo de bom alvitre que o recurso extraordinário seja apreciado na instância *ad quem*.

Ante o exposto, presentes os pressupostos de admissibilidade, nos termos do artigo 1.030, inciso V, alínea "a", do Código de Processo Civil, **admito** o recurso extraordinário.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

Ministra **MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**
Vice-Presidente